

ESCOLA, VIOLÊNCIA E MEDIAÇÃO: elementos para a constituição de processos de resolução de conflitos?

SCHOOL, VIOLENCE AND MEDIATION: elements for the constitution of conflict resolution processes?

Carlos Alberto Máximo Pimenta¹, Ligia Maria de Mendonça Chaves Incrocci²

¹ UNIFEI - carlospimenta@unifei.edu.br

² UFSCar - ligia.incrocci@gmail.com

Recebido em 16 de Agosto de 2017; Aceito em 19 de Setembro de 2017.

Resumo

Este artigo tem o objetivo de apreender os elementos prescritos no Projeto Político Pedagógico escolar e, a partir das relações promovidas entre escola-professor-aluno, estabelecer as condições efetivas para a existência de práticas de mediação de conflitos. A metodologia resulta de pesquisa de campo em uma escola pública do município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, por meio do uso de técnicas de observações, entrevistas dialogais, participações de aula e reuniões pedagógicas, conversas formais e informais com professores, alunos, supervisores, diretores e pais de alunos. O período da pesquisa foi de fevereiro de 2014 a novembro de 2016. A mediação é uma técnica que pode superar as dimensões funcional, dogmática e normativa do direito e na educação pode ser traduzida em instrumento de revisão do papel formador da escola, em que traz práticas de conciliação às manifestações e às expressões de violência. A unidade escolar pode ter a oportunidade constituir espaços de aprendizagem que demarquem a solidariedade, o convívio coletivo e comunitário, a participação, o protagonismo e, acima de tudo, a valorização e o respeito às pessoas, princípios que compõem os processos de mediação.

Palavras-chave: Mediação. Resolução de conflitos. Educação. Violência na escola.

Abstract

This paper has the goal of apprehending the elements prescribed in the School Political Pedagogical Project and, based on the relationships promoted among school-teacher-student, it intends to establish the effective conditions for conflict mediation practices. The methodology included field research in a public school of Poços de Caldas, Minas Gerais, using observation dialogues, classroom participation, pedagogic meetings and formal/informal conversations with teachers, students, supervisors, directors and student parents. The research was conducted between February 2014 and November 2016. Mediation is a technique capable of overcoming the functional, dogmatic and normative dimensions of law. In education, mediation can be translated into an instrument for reviewing of school forming role, presenting practices of conflict conciliation. The school can be a space for learning that encompasses solidarity, collectivity, participation, protagonism and, above all, appreciation and respect for people, principles that make up the processes of mediation.

Keywords: Mediation. Conflict resolution. Education. Violence in school.

INTRODUÇÃO

A escola se transformou num lugar de convergência de inúmeras dinâmicas sociais, políticas, econômicas, culturais, simbólicas e morais de nosso tempo. Dessas dinâmicas interessa o debate sobre os processos de mediação como uma aposta à resolução dos conflitos, agressividades e manifestações de violências no interior da unidade escolar.

A proposição valoriza os argumentos de professores e alunos ouvidos na pesquisa de campo, a partir dos relatos produzidos nas relações entre alunos-professores-escola, em que se pergunta: há elementos presentes no cotidiano escolar ou não que potencializam a constituição de processos de resolução de conflitos na escola?

Diante da pergunta formulada objetiva-se apreender os elementos de mediação prescritos nas diretrizes normativas e orientadoras das políticas educacionais, bem como pelas práticas relacionais entre escola-professor-aluno, referenciadas entre envolvidos no cotidiano da unidade escolar pesquisada.

O conceito de mediação advém das ciências forenses e se constitui por ser uma técnica, entendida como inovação jurídica aplicável à sociedade para intervenções públicas e privadas de resolução de conflitos. Trata-se de técnica que pode superar as dimensões funcional, dogmática e normativa do direito, traduzida em instrumento de revisão do papel formador da escola, em que propõe interpretações conciliadoras às manifestações e expressões de violência do cotidiano e da realidade escolar.

Pressupõe responsabilizações à dinâmica das unidades escolares que ultrapassam as ações da educação formal hegemônicas, de cima para baixo, por meio de revisões de valores de socialização, pedagógicos e de formação.

Do ponto de vista metodológico, o material coletado tem origem na pesquisa de campo executada no projeto *Escola e Violências: processos de auto-mediação e resolução dos conflitos no interior da escola*¹ e, também, na oficina de mediação junto aos professores da rede pública municipal e estadual, ambas realizadas no município de Poços de Caldas, interior do Estado de Minas Gerais.

Os dados foram coletados no período de fevereiro de 2014 a novembro de 2016, durante as inserções nas escolas, as observações de campo e do cotidiano de unidades escolares, das participações nas salas de aula, das reuniões pedagógicas, das conversas formais e informais com professores, alunos, supervisores, diretores e pais de alunos.

Todas as informações utilizadas foram extraídas da pesquisa citada, mas, também, coletamos dados junto da Secretaria de Ensino do município, da Superintendência e da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

A pretensão foi a de dar voz e vida para todas as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem no cotidiano escolar e, para evitar problemas de ordem ética, não será citado o nome de nenhuma pessoa contatada durante as observações e entrevistas. Salienta-se que, no máximo, quando necessário, será utilizado o recurso de mencionar a inicial, fictícia, do primeiro nome.

Cabe deixar consignado que a análise ultrapassa as preocupações do universo estudado, no sentido de subsidiar futuras práticas educacionais de intervenções dos conflitos ou de manifestações de violência no interior de unidades escolares com as mesmas características, cuja aplicabilidade pode atingir outros municípios com as mesmas características dos estudados ou servir de material de partida para outras realidades.

¹ Pesquisa financiada pelo Programa de Pesquisa em Educação Básica, Acordo CAPES-FAPEMIG.

Pela percepção dos professores e dos alunos a resposta não se faz clara, muito menos inteligível, mas perpassa por um conjunto de questionamentos que a educação, a escola, os professores, os pais, os alunos e a sociedade promove, as quais vão desde as dúvidas sobre a ação pedagógica, o papel da educação formal até a perda do sentido da escola para determinados grupos sociais, preferencialmente aqueles que não tem acesso os benefícios da atual sociedade.

Esta opção proporcionou a valorização das experiências de mediação não identificadas, cuja ênfase faz emergir os elementos que estão presentes nas relações desencadeadas no cotidiano escolar. Estes podem constituir formatos para caracterização de técnicas de mediação.

Para evitar problemas de ordem ética, não será citado o nome de nenhuma pessoa contatada durante as observações e entrevistas. Salienta-se que, quando necessário, será utilizado o recurso de mencionar a inicial, fictícia, do primeiro nome.

O texto tem duas sessões em convergências. Uma se circunscreve às manifestações de agressividade e violência apreendidas nos relatos. Na outra, se apontam os elementos da prática escolar, por meio do projeto político pedagógico da escola com uma possibilidade de técnica da mediação.

AGRESSIVIDADES E VIOLÊNCIAS NA ESCOLA: OS RELATOS

A violência é um problema da agenda pública e ganha acento na realidade escolar². O Estado, a Sociedade e os profissionais da educação têm a obrigação de tomar providências que modifiquem essa realidade. A educação e a escola devem buscar o entendimento das dimensões socioculturais da violência na contemporaneidade – em que as relações sociais são conflitivas –, mas se faz necessário estar preparada para o enfrentamento da sociedade do conflito.

Esse conflito, estruturado em fundamentos das noções de pertencimento, de reconhecimento, de comunidade, de juventude, de ator social e de protagonismo fomentam identidades, afirmações, autonomias, emancipações, superações das desigualdades e das singularidades. Dentro dessa perspectiva, o conflito se faz necessário. Presente como um movimento dialético, este deve se pautar pela tolerância, capacidade de escuta ao outro e respeito às diversidades, o que se faz emergente no amadurecimento das relações sociais.

Alunos e professores reconhecem a realidade que enfrentam e, diariamente, ressignificam seus papéis, ações e sentimentos sobre educação. O que se observa nos dados coletados é um clamor, por parte de todos, por uma nova e outra escola que resgate o respeito a diferença, as alteridades, a diversidade e que faça sentido na vida de todos.

Uma professora ao contar sobre a discussão que presenciou quando da transferência de uma aluna que agrediu fisicamente uma estudante, a socos e chutes no rosto, consequência de começada por longo histórico de ofensas verbais, disse indignada que a menina repetia sorrindo: “nada via acontecer”.

As consequências, face a não resolução do conflito estabelecido, não se encerram. Na continuação do relato, vê-se que a questão tomou proporções, em que a direção entendia que era caso de punição, pois “ela (a aluna) acha que pode fazer qualquer coisa sem punição, agora chegou a hora, o limite de tolerar foi alcançado”. Segundo a professora, a supervisora da escola fez diversas intervenções junto à aluna sem sucesso,

2 Este artigo segue posições apontadas por Costa e Pimenta (2006, pp. 7-8) quando entende que a violência é “[...] praticada pelo Estado, instituições, grupos sociais e religiosos, organizações públicas e privadas, sistemas de comunicação e econômico, pessoas, enfim, por todos nós”. Portanto, ninguém está imune da possibilidade de praticar e sofrer algum tipo de violência.

em havia “avisado que ela precisava mudar o comportamento. Ela piorou! Transferir é a consequência de não respeitar aqui na escola”.

A punição definida pela escola gerou na mãe, conseqüentemente na filha, o sentimento criminalidade, ao afirmar que estavam “tratando minha filha como marginal, e ela não é! Isso é porque ela é preta e pobre! Eu criei minha menina não foi para virar bandida, vocês estão errados e isso não vai ficar assim!”

A escola não está apartada da realidade. Vive e revive, alimenta e é alimentada por todas as dinâmicas culturais, simbólicas, econômicas, políticas, imaginárias, morais, identitárias inscritas no contexto e nas relações travadas na sociedade contemporânea.

As falas dos professores, alunos, diretores, supervisores ressaltam que a violência na escola esbarra em vários fatores, os quais atingem desde as acusações de culpa à família, aos professores, ao Estado, às drogas, até as tentativas de despolitizar a educação transformando a escola num depósito de pessoas.

Em um relato, o professor disse que o estudante fica entre a escola e a família em um jogo de poderes, resultado da “falta de postura da família como referência na vida moral, física, emocional”. Para este, essa falta de postura tem criado lacunas na formação que poderão refletir no comportamento do aluno dentro da unidade escolar. Também entende que a escola não compreende os sentimentos que são extravasados, muitas vezes, de forma negativa, e acaba criando “relações desgastadas para ambos os lados, através de suspensões, discussões, enfrentamentos”.

Na fala de uma supervisora evidencia este mantra “penso que a violência nas escolas parte de dois lados, aluno e professores”. Atribui que os professores, funcionários, gestores, enfim todos os educadores, o descontrole da educação pela escola. No relato da entrevistada reafirma-se o dia a dia da escola é reflexo de “uma inversão dos papéis e quem manda na escola são os alunos”. Para esta, as pessoas “de maneira geral, estão perdendo o controle e a noção de certo e de errado”.

A leitura sobre a sociedade contemporânea e nossas escolhas político-econômicas à lógica das tendências tecnológicas, informações e individualizantes da cultura ocidental hegemônica não são levadas em consideração, vezes desconhecidas. A escola deixou de ser, se é que foi, um espaço político de formação à vida, ao mundo, ao respeito às alteridades, singularidades, diferenças e diversidades.

No plano das sensibilidades, os alunos têm a convicção de que o professor o abandonou. Para Barbosa (2016), no âmbito das políticas públicas educacionais, os alunos se transformaram em estatística e esse aspecto aparece timidamente na fala de professores e membros que compõem a estrutura escolar. O aluno não é mais uma criança, um jovem ou um adolescente: é um problema.

Em posicionamentos de pouca formatação democrática, o adulto se impõe, vezes pela força, sobre o aluno. A escola tem dificuldades em lidar com as diversidades socioculturais, socioeconômicas e sociopolíticas. Dentro desse quadro, a violência “na” e “da” escola acontece todos os dias e de todos os lados.

O aluno, o professor, a família, a escola e a educação se tornam vítimas da falta de entendimento dos significados e sentidos a estes atribuídos. Num plano do desejável, a escola deveria ser um lugar em que todos os seus envolvidos tivessem a valorização anunciada nas propagandas sobre educação, traduzindo o ensino-aprendizagem em oportunidades de acesso, vida e dignidades.

Na atualidade vê-se o questionamento do papel da educação. Vê-se também a potencialidade de rompimento com a disciplina proposta pela sociedade moderna, por meio das concepções de educação, escola, professor e aluno, colocando em xeque o conceito de “autoridade” idealizado nesta relação. Vê-se ainda que

na experiência escolar o fortalecimento de mudanças sobre o lugar da autoridade (ALVES; PIMENTA, SOUZA; SILVA, 2010).

A educação e a escola são espaços repletos de conflitos, de todas as ordens, composta por inúmeras tensões produzidas por alunos, instituição e profissionais da educação. De modo afirmativo, a escola tem todas as condições e capacidade de promover a mediação de seus conflitos, desde que reconheça como seus os inúmeros conflitos que acontecem em seu interior.

De acordo com a literatura utilizada (AQUINO, 1996; GUIMARÃES, 1996; MADEIRA, 1999; ABRAMOVAY, 2002; 2004; 2005; ABRAMOVAY; GRAÇAS, 2002; CHARLOT, 2002; FANTE, 2005; BOURDIEU; PASSERON, 2008; FOUCAULT, 2010; NUNES, 2011), a escola é um espaço regulador e exerce sua autoridade sobre os estudantes de maneira a punir e castigar aqueles que não se enquadram na sua ordem pedagógica, disciplinar e cultural.

As manifestações de violência presentes no cenário urbano, resultantes do sangue, da faca, do revólver, do patrimônio, do medo (COSTA; PIMENTA, 2006; PIMENTA, 2007), adentraram os muros da escola. Em respostas hierarquizadas e verticalizadas vêm a crença no uso da força disciplinar, em que o papel e a responsabilidade pedagógica de formação do educador e da educação se deslocam para outros atores: o poder judiciário e a polícia.

Concomitante ao assumirem a condução do ato de disciplinar entra em pauta o processo de criminalização das manifestações conflituosas no interior da unidade escolar, tendo em vista que dentro da dinâmica das práticas organizativas da unidade escolar não se tem, no seu tempo burocrático, as condições necessárias (espaços físico, simbólico, coletivo, político, cultural e de sociabilidades) para se evitar, e rever, o processo de criminalização do aluno.

Aos processos pedagógicos e educativos formais não podem prevalecer o caráter criminal. A escola não é e nem deve ser lugar de polícia, enquanto técnica de aprendizagem por meio da repressão. A polícia e o poder judiciário, por suas perspectivas, acreditam exercer parcerias de combate e repressão às manifestações de violência (BATISTA, 2013), apenas.

A violência, a polícia, o judiciário, a formação, a educação formal, as relações entre pessoas, os protagônismos, as sociabilidades, as diferenças, as singularidades, as desigualdades, as emancipações, as autonomias, as urgências estão “presentificadas” (MAFFESOLI, 2005) na unidade escolar.

A realidade impõe à unidade escolar a responsabilidade de enfrentar suas questões e não deslocá-las para outras instituições estranhas às competências da educação formal, como por exemplo, a polícia. Impõe também superar as matrizes convencionais utilizadas no processo pedagógico para que possa visualizar as manifestações que lhe escapam. Essas perspectivas, a do enfrentamento e a da visualização de suas demandas internas, fortalecem a necessidade da leitura das novas exigências, de comprometimentos e responsabilizações com outras manifestações socioculturais “na” e “no entorno” da escola.

O professor-aluno-escola tem que lidar com a abundância de sistemas de difusão das informações, as quais valorizam enunciados morais, éticos e estéticos dissimuladores da realidade que disparam vontades e desejos de consumo, bem como despertam constantes resultados de interpretações e significados líquidos (BAUMAN, 2001), alienantes e conflitantes.

Na apropriação de Bauman, vê-se que é na vida em comunidade, no caso escolar, que o indivíduo pode se encontrar, apoiar, interagir, ter proteção e constituir-se como pessoa com os seus pares. A comunidade traz proteção e acolhimento, mas a unidade escolar se recusa a enfrentar as situações de confrontos ou nega

a existência deles em seus domínios.

As ações e intervenções pedagógicas ainda são pautadas pela orientação autoritária resistente na sociedade brasileira. Embora tenha normativas abertas e democráticas, suas práticas disciplinares não compreendem os acontecimentos conflitivos, mesmo porque, sua autoridade pedagógica faz prevalecer a posição hierarquizadora da educação e da escola.

As falas recorrentes no interior da unidade escolar é a de que o professor e a escola perderam a autoridade: “(...) Falta de disciplina, limites, respeito com os colegas e funcionários (...)”; “(...) Saudade dos militares!”.

A polícia vai à escola. Não é seu papel intervir nos processos pedagógicos educacionais, o que não significa afastá-la das necessárias intervenções. Não se pode delegar suas competências para outros setores institucionais, incompetentes no campo pedagógico.

A unidade escolar tem condições pedagógicas para observar os confrontos ou as tensões, tendo em vista que pode haver progressiva escalada de relações violentas e agressivas. Por meio de seus recursos didáticos e pedagógicos ela deve se caracterizar como espaço-lugar de convívio em comunidade, consequentemente de mediação, na predisposição de possibilitar intervenções efetivas de processos restritivos e construtivos de resolução de conflitos.

Restritiva, no sentido de enfraquecimento e de rompimento das relações de agressividades, existentes ou preexistentes, para estabelecer a normalidade relacional no cotidiano das práticas escolares na unidade. Construtiva, face à proposição de fortalecimento das relações sociais, com base em princípios da cooperação, colaboração e solidariedade entre pessoas, grupos e instituição, com visível faceta de valorização da pessoa humana.

Para esses caminhos, a unidade escolar privilegia a voluntariedade, a autonomia das decisões, a dissimulação das controvérsias, o consenso, a confidencialidade na dimensão pedagógica da educação, a informalidade da intervenção, a linguagem próxima da realidade dos envolvidos, o diálogo.

Esses privilégios dão à mediação a dimensão de razoabilidade e de amplitude. O mediador é, acima de tudo, um educador. Na qualidade de educador, deve viabilizar a comunicação entre os mediados, no sentido de que organiza, em conjunto com os envolvidos, a compreensão deles sobre o que os levaram às agressividades e ao conflito. A proposta de mediação pela unidade escolar se constitui dentro de princípios que fortalecem as formas de cooperação e, fora delas, aumentam as dificuldades do estabelecimento do consenso, consequentemente a permanência da tensão ficará latente.

Faz-se necessário admitir a importância da construção de espaços escolares, reconhecidamente legítimos e legitimados pelo coletivo da unidade escolar – alunos, professores, gestores e comunidade-entorno –, no sentido de que, juntos, realizem processos de participação e resolvam-minimizem os conflitos do cotidiano escolar.

Cooperar passa a ser uma busca pelo entendimento das dinâmicas daquele lugar, em que a postura colaborativa deve contagiar pessoas e grupos aos diferentes modos de resolução dos conflitos. Há riscos. Riscos, porque a unidade escolar assume responsabilidade de demandas sociais que tecnicamente não lhe cabe. Riscos, porque se estabelece a oportunidade de superar os modelos pedagógicos disciplinares, resistência que o sistema educacional exala.

A educação compõe um conjunto de conhecimentos inerentes à gestão da unidade escolar, quais se-

jam: conhecimento, traduzido pelo conjunto de saberes de que se circunscrevem a tensão produzida entre as partes, como estratégia capaz de leitura de um conflito; habilidade ou o saber-fazer, no sentido de aquisição de experiência para o domínio das questões pertinentes a existência de conflitos; e, atitude, na perspectiva do querer fazer, implicado na vontade, ou não, de fazer coisas convergentes ao reestabelecimento da comunicação entre os envolvidos em atos de agressividade ou manifestações de violência.

A educação, presa na tecnicidade e na burocracia, não tem a clareza de como promover a comunicação entre as partes. Trata-se de estabelecimento de relações maduras que promovam direitos e despertem, a partir da alteridade, o respeito às diferenças e alteridades.

A MEDIAÇÃO COMO TÉCNICA: A EDUCAÇÃO PELA EDUCAÇÃO

A mediação é uma técnica, apreendida e ensinada. Não se constitui em relações competitivas, concorrenciais, de disputa ou de rivalidades, mas se caracteriza como possibilidade de reestabelecer o bom convívio, o consenso, em que a finalidade da Justiça Restaurativa ganha simpatia pelas políticas educacionais do país.

Das observações de campo explicita-se que a escola é um espaço-lugar com potencial para resolução de seus conflitos. A escola, embora não tenha tempo burocrático para, pedagogicamente, apaziguar suas tensões, tem potencial em disparar os elementos da mediação em suas normativas (projeto político pedagógico) e práticas (ação pedagógica), tais como a noção de pertencimento (HALL, 1997, p. 8), de reconhecimento (RICOEUR, 2006), de comunidade (SILVA et al, 2003, p. 15-16; BAUMAN, 2001), de juventude³, de ator social e de protagonismo (TOURAINÉ, 1998).

Esses conceitos trazem a emergência de se apostar em relações inovadoras entre política educacional–escola–professor–aluno que prescrevam a compreensão da contemporaneidade e estabeleçam concepções de ordem e de respeito a todos que convivem nas unidades escolares, conseqüentemente reclassifica o respeito cultural, social, político, religioso, singular, simbólico, subjetivo, ético, estético e moral.

Da mediação jurídica à mediação escolar, a educação deve assumir o papel de conduzir seus processos internos. A escola, enquanto espaço-lugar de formação, apresenta as habilidades para desencadear ações sólidas de mediação e de resolução de seus conflitos. Em outros termos, as técnicas e os processos de mediação, no sentido das possibilidades de resolução dos conflitos, ganham relevância diante da realidade exposta.

Trata-se de uma aposta, um caminho para responsabilizar alunos, professores, gestão escolar e instituição. Esse exercício de responsabilização pode permitir a configuração de novo quadro de relações no interior das escolas, para que se busquem alterações de valores entre alunos–professores–escola e se minimize o acirramento dos conflitos, na promoção da conquista da confiança institucional, conseqüentemente, a confiança de professores e de alunos para com o novo papel da escola.

Há que se ter cautela ao questionar a posição da escola no tratamento com jovens, mas a cautela não deve impedir o questionamento. As agressões não são regra, nem generalizações. Há exemplos outros e positivos. Contudo, denota-se que escola tem dificuldade da transparência de suas regras, bem como de permitir que outros atores contribuam na gestão escolar.

3 O aprofundamento do conceito de juventude pode ser localizado em Hobsbawm (1995, p. 317), Morin (1986), Bourdieu (1983, p. 112) e na literatura sobre juventude, em que pode ser explicada por ter laço de temporalidade. Trata-se de uma invenção da sociedade moderna industrial vinculada ao mundo do trabalho. Na perspectiva societária adotada, as instituições escolares se configuram como lugares específicos para auxiliar o jovem sua passagem da vida “pré-adulta” à adulta, sem desconsiderar o papel da família.

Integralizar as premissas existentes no Programa Mais Educação, conforme Portaria Interministerial nº 17/2007, não é tarefa tranquila, uma vez que ela tem que se esforçar para:

IV - prevenir e combater o trabalho infantil, a exploração sexual e outras formas de violência contra crianças, adolescentes e jovens, mediante sua maior integração comunitária, ampliando sua participação na vida escolar e social e a promoção do acesso aos serviços sócio-assistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

Na visão dos professores, profissionais habilitados para alavancar processos de formação e educativos, a instituição não tem mais significado. Essa descrença na educação está colocada pela idealização da autoridade hierarquizada do professor e da relação ensino-aprendizagem. A autoridade pautou-se e ainda se pauta em plataformas autoritárias entre senhor e servo. A relação ensino-aprendizagem se circunscreve pela seleção de conhecimentos que não dão sentido a realidade do aluno. Nesse descompasso, o descontentamento do professor caminha no seguinte sentido:

Diante de tanta dificuldade, o aprendizado em sala de aula se torna pequeno (...). Acho que os pais deveriam explicar ao filho a importância dos estudos, o valor da educação (...);

(...) Com dificuldade de aprendizagem, mas carentes de afeto; A maioria são imaturos, gritam na sala (...), xingam e não se concentram. Outros precisavam de ajuda profissional como psicopedagoga pois tem problemas de aprendizagem;

São alunos de diversas faixas etárias e diferentes realidades o que dificulta a aprendizagem e o ensinamento (...);

Não têm vocabulário compatível com a série (...);

Não estão acostumados a trazer o material escolar e não têm hábitos de estudos (...). Acredito que muitos estão precisando de acompanhamento médico e principalmente do afeto familiar.

Na visão dos alunos, a escola não lhes dá a sensação de pertencimento e nem de ter reconhecimento, em que deixou que escapassem dentro dos seus portões. A obrigatoriedade da educação ou de estudar não significa a segurança de acessar os benefícios disponíveis em nosso tempo social. Um diretor ressaltou que: “temos dois mil alunos. Desses, se dois se salvarem já fizemos a nossa parte”. Ao privilegiar a competição e o mérito, no extremo desse argumento, a escola abandonou os alunos que não adequaram a essa realidade e, pela sensibilidade presente nesse envolvimento, estes reconhecem a ênfase dessa opção e não veem sentido da escola para suas vidas.

Na dimensão simbólica da violência, o aluno foi colocado à margem da preocupação educacional. À margem se transformou em problema. Na prática, deixa de ser sujeito principal da existência da escola: ensino-aprendizagem (ALVES; PIMENTA; SOUZA; SILVA, 2010, pp. 137-158). Consciente ou não, observou-se a existência de um descaso no tratamento dado aos alunos que segue uma escala hierárquica: do Estado, das Delegacias de Ensino, da Direção da Unidade, da família. Aos alunos, resta a concepção de terem sido transformados em problema ou em culpados de tudo que acontece no entorno e/ou dentro da escola.

A ideia de “má qualidade do ensino” foi atribuída ora à incompetência dos professores, ora aos alunos

face ao desinteresse ou “pela” violência “na” escola. Os alunos são considerados indisciplinados e, em muitas ocasiões, bandidos. Em linhas gerais, as soluções apontadas sobre violência na escola, por professores, diretores e gestores educacionais, estão relacionadas com o aumento no rigor disciplinar e das punições, assim como aos processos de criminalização dos alunos e de seus atos.

A mediação na escola se apresenta como um instrumento de combate a diminuição da violência urbana⁴, em especial aquelas reverberadas no seu interior. Estas são chamadas de *Bullying* (FANTE, 2005), agressões físicas, verbais, morais, psicológicas manifestas no ambiente escolar, fenômeno que se traduz em violência.

Os processos de mediação se apresentam, inicialmente, como instrumentos normativos e funcionais com a pretensa intencionalidade de resolução dos conflitos. Na concepção de Antônio Carlos Ozório Nunes (2011), os processos de mediação são formas de restaurar a cultura da paz nas escolas⁵.

Os juristas tratam das Técnicas trazidas pelas práticas forenses, campo de conhecimento que buscou o aprimoramento do sistema jurídico, por meio de inovações pela emergência de se encontrar alternativas às demandas judiciais. Acreditam que estas passam a ser aplicadas em conflitos sociais.

A escola poderia apostar nas técnicas de mediação para colaborar no aprimoramento da capacidade de o indivíduo respeitar as alteridades, mesmo que debaixo de técnicas interventivas, visto que valoriza e transcreve em suas propostas pedagógicas os fundamentos e os princípios que embasam a dialógica dos conflitos.

A mediação propõe pequenas ações para prevenir agressões e violências, mas não se configura como uma aposta tranquila, uma vez que: a.) a realidade brasileira mostra o quanto de autoritarismo e hierarquização compõem a construção e o imaginário social de nossas relações sociais; b.) o conflito promove a dialética da transformação, uma vez que a diversidade se apresenta como um desafio para a emancipação e o fortalecimento das tolerâncias; c.) pelo fato de que a mediação pressupõe movimento coletivo, com respeito e valorização dos direitos em plano horizontal, nunca verticalizado, ou de cima para baixo, e individualizado.

De posse dessas dificuldades, escola e educação formal devem constituir seus espaços de troca efetivas entre professores, alunos, comunidade, entorno e unidade escolar, sem perder de visão princípios que reconheçam no outro as suas dimensões políticas. Em igual proporção, portador de direitos e, nessa condição, valorize e respeite um conjunto mínimo de direitos necessários à dignidade humana.

A concepção de mediação está consignada no projeto pedagógico das unidades escolares estudadas. A escola elabora no Projeto Político Pedagógico (PPP) as diretrizes para suas ações e norteamientos e, o documento, obrigatório para todas as unidades escolares no Estado de Minas Gerais. Dentro do PPP é que se encontram as possibilidades normativas de promoção de debates, reflexões, diálogos, reelaborações com a capacidade de propiciar ao coletivo, espaços de trocas ativas, participação, relações laicas e de impessoalidades, atos administrativos-colaborativos com transparência e gestão democrática.

A partir do propositivo político-pedagógico que se pode estabelecer as finalidades educacionais da escola, embora não seja certo de que foi elaborado com base em consultas à comunidade interna (corpo pedagógico, docente, discente, técnico, funcionários e alunos) e externa (pais, familiares e entorno), as referências alternativas de ações e os enfrentamentos das dificuldades geradas no cotidiano escolar. Essas

4 ³ Sobre a relação violência–conflito e conceito de violência, ver Pimenta (2008) e Yves Michaud (1989), respectivamente.

5 As posições de Ozório Nunes (2011) não diferem das posições jurídicas de Moore (1998) e Lascoux (2006). Trata-se, a mediação, de uma inovação jurídica aos conflitos de ordem sociocultural.

configurações encontram-se presentes os itens do PPP denominados de “Finalidades da Escola”, “Estrutura Organizacional”, “Currículo”, “Tempos e Espaços Escolares”, “Processos de Decisão”, “Relações de Trabalho”, “Avaliação”.

Entre o prescrito e o praticado aparece uma lacuna para efetivação de gestões participativas, uma vez que nesses entremeios existem determinantes político-ideológico-culturais que dificultam relações mais abertas e tracejam os conceitos em retóricas atualizadas ou mero jogo de palavras. Do recurso discursivo à efetividade há muitos caminhos a percorrer. Mas, não se pode afirmar que escola não deseje se abrir para outras experiências. Os processos de mediação resultam de uma escolha política da escola e da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por apreender os elementos que podem dar a constituição de um lugar-espaço de processos de resolução de conflitos na escola, dialogamos com professores, alunos, gestores educacionais e supervisores, observamos as práticas educacionais experimentadas naquele cotidiano e estudamos documentos oficiais da educação municipal, monografias e projetos de intervenção da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

Esse caminho trouxe diferentes formatos de intervenção que a escola pode promover para a resolução de seus conflitos, os quais devem superar as atuais ênfases dadas às práticas de criminalização dos envolvidos, tanto pela via administrativa quanto pela via militar-judicial.

Nas observações de campo aparecem as configurações das práticas de mediação negligenciadas ou sem visibilidade pelos envolvidos no cotidiano escolar. Essa constatação está fortemente representada, dentre vários outros fatores, pelo peso da burocracia, pela falta de implicações educação-escola-professor-aluno e pelo comprometimento das políticas educacionais com a formação ao mercado.

O que significa da escola para professores e alunos são similares. Ambos reconhecem que a escola se transformou em: depósito de alunos; lugar de desrespeito ao outro; perda de controle e da noção de certo e errado; falta de clareza sobre as influências do mundo; ausência de sensações de pertencimento; pouco envolvimento família e do entrono; diminuição dos espaços de oportunidade; estigmatizações dos sujeitos; diminuição das formas de sociabilidades; deficiências de diálogos e de comunicações; cultura formal fechada; formação voltada para o mercado; perda das características de formação política; reprodução da meritocracia.

Do ponto de vista do PPP, vê-se que a unidade escolar estudada tem todos os requisitos que pode dar a abrangência necessária para a inserção de outras realidades, os quais possam dar significações de maior amplitude às manifestações de agressividades e às ações pedagógicas.

As políticas educacionais, a educação e a escola, na prática, têm dificuldades de absorver e interiorizar as questões sociais emergentes. Sua realidade contradiz às normativas, aos discursos e às figuras de linguagens utilizadas no texto do PPP da escola. Nestes projetos, há um conjunto de combinações de palavras, definições e conceitos que no papel não são relevantes à consolidação da democracia, da cidadania, da cultura da paz e das emancipações, as quais se predispõe realizar, mas com dificuldades de efetivação.

Entre o prescrito, a realidade e a prática, fomentar as iniciativas ao surgimento de espaços escolares de mediação e de resolução dos conflitos parece ser um complicador, embora as condições estejam presentes.

O complicador se potencializa na mediação, pois dentro da escola é atribuição dos professores, alunos, supervisores, diretores, merendeiras, pessoal da limpeza, inspetores, respeitado as diferentes formas de suas

atuações. A estes são traduzidas as condições para o enfrentamento da realidade apresentada, para além da transmissão do conhecimento formal, da organização da vida escolar e da preocupação com a aprendizagem.

Da perspectiva institucional, os limites impostos pelas dificuldades atribuídas ao entendimento do papel político da educação e da escola, há que se reestabelecer a implicância e a conscientização de todos no sentido de constituir o lugar-espaco para as mediações, os quais se fundamentam em princípios éticos (igualdade, diversidade, solidariedade, respeito às diferenças etc.), morais (direito a ter acesso aos direitos, indistintamente) e culturais (alteridades, simbólicos, identitárias, ambientais etc.), afetando todas as áreas do conhecimento, da ordem estabelecida e das dinâmicas sociais instauradas.

Por outra via, se a violência tem sido uma preocupação na agenda da sociedade, a resolução dela não pode reproduzir condutas opressoras que desconsidere o contexto sociocultural. Da perspectiva da instituição escolar, reverbera-se que ela tem as condições teóricas e práticas para zelar por uma formação solidária, participativa e cidadã.

A mediação dos conflitos levada ao extremo coloca em xeque mate a lógica da competição, do mérito e da concorrência, incrustados em nossa cultura. As concepções de mediação, se superado a noção de técnica de controle dos conflitos ou de tecnologia judiciária sem questionamentos das opressões, explorações e dominações, pode abrir caminhos que deem permissão à renovação de conceitos, ideais e olhares múltiplos para que se rompa com os vícios da ordem disciplinar, da formação de corpos dóceis, da opressão e da hierarquia da obediência do mais fraco ao mais forte.

Trata-se de um reaprender coletivo, em que professores, alunos, pais, entorno, comunidade, instituição e saberes almejam ultrapassar o modelo de sociedade e de educação competitiva, ou a mediação não passará de mais uma técnica ou tentativa.

Eis os desafios da educação, do educador e da escola: dar a oportunidade de consolidação de espaços de aprendizagem, marcadamente de solidariedade, de convívio coletivo e comunitário, de participação, de protagonismo e, acima de tudo, de valorização e de respeito às pessoas.

Agradecimentos: à CAPES e à FAPEMIG pelo financiamento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. (Org.). **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2002.
- ABRAMOVAY, M. (Coord.). **Escolas inovadoras: experiências bem-sucedidas em escolas públicas**. Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2004.
- ABRAMOVAY, M. (Coord.). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005.
- ABRAMOVAY, M.; GRAÇAS, M. (orgs). **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, UNAIDAS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.
- ALVES, C. P.; PIMENTA, C. A. M.; SOUZA, R. T.; SILVA, A. L. Educação e mediação: apontamentos teóricos para o debate sobre políticas públicas. In: PIMENTA; ALVES (Orgs.). **Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Campina Grande: PB: EDUEPB, 2010, p. 137-158.
- AQUINO, J. G. (Org.). **Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas**. 8ª ed. São Paulo: Summus, 1996.
- BATISTA, L. F. **Análise sobre a Implantação do Núcleo de Mediação de Conflitos na cidade de Poços de Caldas, no ano de 2012: como da violência e das ações delituosas entre os conflitantes**. 2013. 82 f. Monografia. (Especialização em Segurança Pública) Acadêmico de Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CHARLOT, B. A Violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. In: **Sociologias**, Porto Alegre, vol. 4, nº 8, p. 432-443, julho/dezembro de 2002.
- COSTA, M. I. Medidas extrajudiciais para resolução dos conflitos entre os índios potiguara e as usinas de cana açúcar: mediação, conciliação e arbitragem. In: **Revista Ensino Interdisciplinar**, Vol. 3, nº 8, p. 237-253, maio 2017. Disponível em <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/viewFile/2306/1232>. Acesso em 10 de julho de 2017.
- COSTA, M. R.; PIMENTA, C. A. M. **Violência**: natural ou sociocultural? São Paulo: Paulus, 2006.
- FANTE, C. **Fenômeno bullying**. Programa educar para a paz. Campinas, SP: Versus Editora, 2005.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- GUIMARÃES, Á.M. Indisciplina e violência: a ambiguidade dos conflitos. In: AQUINO, J. G. (Org.) **Indisciplina na Escola**: alternativas teóricas e práticas. 8ª ed. São Paulo: Summus, 1996. p. 73-82.
- HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1997.
- LASCOUX, J.-L. **O que é a mediação?** 2006. Disponível em: <http://www.forum-mediacao.net/module2display.asp?id=39&page=2>. Acesso em: 18 de outubro de 2015.
- MADEIRA, F. R. Violência nas escolas: quando a vítima é o processo pedagógico. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo vol. 13, nº 4, p. 49-61, Outubro/Dezembro de 1999.
- MAFFESOLI, M. **A Transfiguração do político**: a tribalização do mundo. Jaguaré do Sul, SC: Salinas, 2005
- MICHAUD, Y. **A Violência**. São Paulo: Ática, 1989.
- MOORE, C. W. **O Processo de mediação**: estratégias práticas para a resolução de conflitos. Porto Alegre: Arted, 1998.
- NUNES, A. C. O. **Como restaurar a paz nas escolas**, um Guia para Educadores. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- PIMENTA, C. A. M. Juventude, violência e políticas públicas. In: **Revista Espaço Acadêmico**. Ano VII, nº 75, Agosto de 2007. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/075/75pimenta.htm>. Acesso em 09 de janeiro de 2017.
- PIMENTA, C. A. M. Dimensões Socioculturais da Violência: contemporaneidade e relações sociais. In: **Sociedade em Debate**. Pelotas, RS, vol. 1, p. 7-24, janeiro/junho de 2008.
- RICOEUR, P. **Percursos do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.
- TOURAINÉ, A. **Igualdade e diversidade**: o sujeito democrático. São Paulo: EDUSC, 1998.